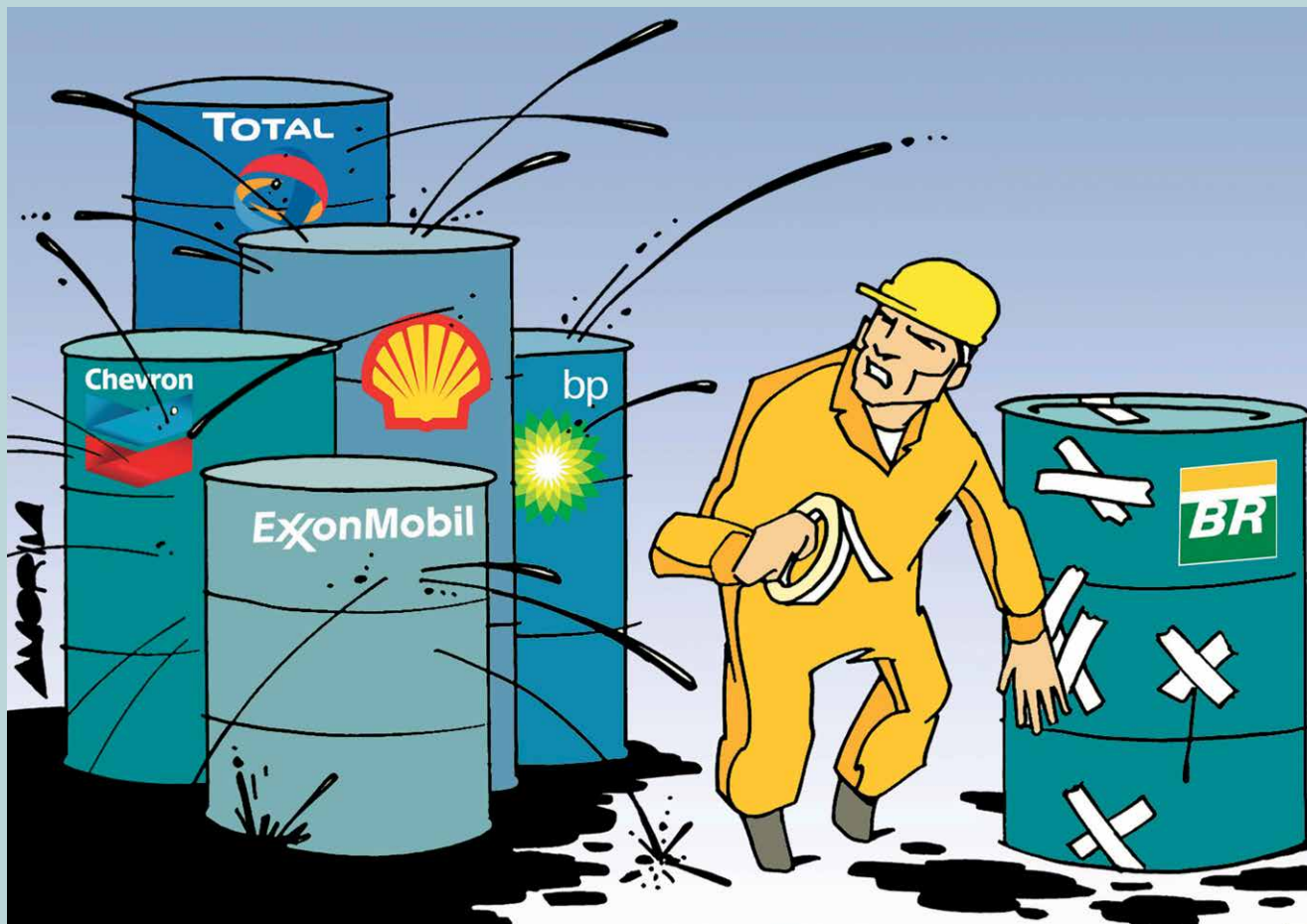


Estratégia de Parente obriga Petrobrás a repetir fracasso das multas do petróleo



A maiores multinacionais de capital privado do setor do petróleo não conseguem mais repor suas reservas na taxa que são esgotadas. Elas precisam desesperadamente garantir o aumento das reservas provadas, pela exploração de novas áreas ou pela aquisição de terceiros – e aí, evidentemente, se inclui o pré-sal.

A Petrobrás não pode repetir esse caminho fracassado, como quer o governo, que também trabalha contra a lei de partilha e articula com empresários a realização de mais leilões para a entrega de nossos recursos estratégicos.

Páginas 4 e 5



ENTREVISTA

Rogério Lessa

Sociedade merece explicação sobre venda de ativos da Petrobrás, diz Estrella

Página 3

Alex Prado

Fim da paridade nos conselhos é retrocesso

Entidades representativas de participantes e assistidos de fundos de pensão desenvolvem intensa pressão sobre deputados federais para impedir a aprovação do Projeto de Lei 268/2016, que retira dos participantes a garantia de paridade com o patrocinador nos conselhos deliberativo e fiscal dos fundos constituídos por empresas públicas. Página 6

Ricardo Maranhão



Pré-sal ameaçado

Página 8

Editorial

HORA DE RESISTIR

O cenário político e econômico que se impõe ao Brasil e à Petrobrás continua em acelerado processo de degradação. Não bastassem as iniciativas da gestão de Aldemir Bendine, como o programa de venda de ativos e a divulgação de um balanço carregado de baixas contábeis (que transformaram um lucro líquido de R\$ 15 bilhões, em “prejuízo” de R\$ R\$ 34,8 bilhões) o governo interino, arvorando-se de uma legitimidade que não possui, manobra para acelerar no Congresso a tramitação da nefasta lei entreguista que pode tirar da Petrobrás a prerrogativa de operadora única do pré-sal.

Sabemos que o senador tucano, que hoje ocupa, também de forma interina, o Ministério de Relações Exteriores, já demonstrou sua intenção: minar o Mercosul, nosso principal mercado para produtos industrializados, através de iniciativas bilaterais e aproximar-se das grandes potências, em detrimento dos BRICS e suas iniciativas em prol de uma economia mundial mais equilibrada e justa – entre elas a criação de um banco de desenvolvimento e a busca de alternativas ao dólar como meio de trocas internacionais.

Paralelamente, vemos que as multinacionais amargam uma crise das mais graves e atuam em busca de um terreno irremediavelmente perdido para as estatais em diversos países. “Não foi por acaso que americanos reativaram a quarta frota após o pré-sal”, lembra o ex-diretor da Petrobrás, Guilherme Estrella, em entrevista exclusiva.

Neste contexto, a AEPET se aliou a diversos movimentos sociais e variados segmentos da sociedade civil para, no dia 28 de julho, na ABI, dizer um sonoro “não passarão” a todos aqueles que pretendem entregar nossas riquezas a gananciosos que não têm nenhum compromisso com o desenvolvimento do Brasil.

Você é parte dessa luta. Junte-se a nós! ☺



Livro conta a saga da construção da Petrobrás

“Getúlio Vargas, a Saga da Petrobrás” é o livro do jornalista José Augusto Ribeiro que reconstitui os antecedentes, as circunstâncias e as decisões que resultaram na criação da Petrobrás em 1953 e os episódios que asseguraram sua sobrevivência nos sessenta anos seguintes. Em 1931, mais de vinte anos antes da criação da Petrobrás, o Presidente Getúlio Vargas adotava, já nos meses iniciais de seu primeiro governo, a primeira de muitas decisões em defesa do petróleo brasileiro.

Para o jornalista, o segundo mandato de Vargas, entre 1950 e 1954, teve como ponto central a definição do monopólio estatal sobre o petróleo, a criação da Petrobrás e a construção de refinarias.

Segundo José Augusto Ribeiro, a crise de agosto de 1954, deflagrada para provocar a derrubada do segundo governo Vargas, teve como pretexto um atentado contra o jornalista Carlos Lacerda, o mais perigoso opositor do governo, mas como verdadeira razão medidas como a criação da Petrobrás. Tanto que o rei da mídia na época, Assis Chateaubriand, dono de jornais e rádios em todos os Estados e das únicas televisões em funcionamento no Brasil, mandou uma proposta a Getúlio:

era só ele desistir da Petrobrás que Chateaubriand tiraria Lacerda de suas TVs, nas quais ele falava longamente todas as noites, pedindo a derrubada do Presidente, e entregaria as TVs a quem o Presidente quisesse, para fazer a defesa do governo. O então Ministro da Justiça Tancredo Neves foi informado da proposta e respondeu:

- O Presidente morre, mas não desiste da Petrobrás.

Getúlio Vargas morreu dias depois, pelas próprias mãos, e com o suicídio garantiu a sobrevivência da Petrobrás, na qual seus sucessores sabiam que não deviam mexer, inclusive os que ocuparam o poder pela força em vinte anos de governo militar.

O livro Getúlio Vargas, a Saga da Petrobrás concentra num só volume e no mesmo contexto episódios que aparecem também, intercalados entre muitos outros, nos três volumes de A Era Vargas, do mesmo autor.

O livro é vendido apenas na versão e-book e pode ser encontrado em amazon.com.br



Sociedade merece explicação sobre venda de ativos da Petrobrás, diz Estrella

Diretor de Exploração e Produção na época do descobrimento do pré-sal, o geólogo Guilherme Estrella deixa evidente a razão pela qual o controle pré-sal não pode sair das mãos da Petrobrás, que tem a União como acionista majoritária.

"O pré-sal garante ao Brasil soberania energética, alimentar e, portanto, a possibilidade de uma estratégia nacional de desenvolvimento ao longo do Século XXI. Para um país como o nosso, isto é fundamental."

Rogério Lessa

O regime de partilha colocou o Brasil em posição de isolamento?

Não. O marco regulatório estabelecido para o pré-sal definiu muito bem como devem ser as relações dentro dos consórcios, com a Petrobrás como operadora única e participação de outras empresas em até 70%. Não houve ortodoxia na legislação. Veja o exemplo de Libra: ainda que esteja na cessão onerosa, as relações estão bem estabelecidas. Está prevista a participação privada, inclusive estrangeira. O setor petróleo é estratégico para qualquer parte do mundo. O pré-sal possibilitou ao Brasil fazer um planejamento energético ao longo do Século XXI. Este é seu grande benefício. Não foi por acaso que americanos reativaram a quarta frota após o pré-sal.

O senhor fala em soberania energética através do petróleo, mas o Brasil tem outras fontes de geração de energia, sobretudo a hidroelétrica...

As hidrelétricas dependem de chuvas. Soberania, na verdade, é autodeterminação tecnológica, capacidade de desenvolver conhecimentos. Outro aspecto importantíssimo, pouco comentado, é que somos um dos maiores produtores de alimentos do mundo, mas im-



O pré-sal possibilitou ao Brasil fazer um planejamento energético ao longo do Século XXI.

portamos fertilizantes. Dependemos de importações, mas o pré-sal é rico em matéria-prima para fertilizantes e petroquímica. Então, além da energia, oferece uma base ampla de sustentação estratégica no que tange à segurança alimentar.

Outra coisa. O consumo *per capita* de energia no Brasil é muito baixo, mesmo se comparado com a Argentina ou Portugal. É um parâmetro de medida de qualidade de vida.

Temos pouca em relação ao tamanho da nossa economia, a oitava do mundo. Ou seja, nosso consumo tende a crescer. Tudo isso faz do pré-sal estratégico e não pode ser transferido para interesses estrangeiros.

Sob a ótica do mercado, a Petrobrás é competitiva?

Muito competitiva. O custo de extração está a menos de US\$ 9 o barril. Nenhuma estrangeira consegue isso. Temos experiência enorme na Bacia de Campos. Enquanto as grandes empresas produzem de maneira dispersa, espalhado no mundo, com logística cara, a Petrobrás produz tudo concentrado, principalmente no Rio. Temos infraestrutura de serviços

e apoio operacional consolidados. Não precisamos construir mais nada.

Como vê o programa de venda de ativos?

A venda de ativos é uma solução primitiva. A Petrobrás deve se empenhar mais no alongamento da dívida, discutir preços, reestruturação de fornecedores. Todas as companhias do mundo estão fazendo isso. No balanço do primeiro trimestre de 2016 houve grande confusão devido a uma modelagem que valorizou grandemente as baixas contábeis de ativos e não foram compensadas com outros ativos que se valorizaram muito. Acho que a sociedade brasileira merece uma explicação, pois o resultado operacional foi bom e o perfil da dívida já está sendo alongado.

Os ativos da Petrobrás que estão à venda são de infraestrutura de distribuição de energia. Terminais, gasodutos, fábricas de fertilizantes são ativos que operam numa economia que está passando por dificuldades, mas vai retomar. Não há risco. Daí o grande interesse de investidores. O mercado interno brasileiro é a maior oportunidade de investimento do mundo. Somos oitava economia do mundo com abismos sociais de país pobre. A perspectiva de crescimento é extraordinária. Esses ativos fazem parte da cadeia industrial com maior chance de desenvolvimento. Quando descobrimos o pré-sal o barril estava a US\$ 26. Temos que conseguir saídas que contornem o preço do petróleo baixo sem comprometer o futuro. Soberania e segurança nacionais não devem estar à mercê das flutuações do mercado.

Como avalia o discurso de que o petróleo vai perder valor?

As instituições e entidades que estudam a evolução da matriz energética mundial neste século não dizem que carvão, gás e petróleo vão perder valor. E não se pode sustentar o Brasil com energia eólica ou biocombustível. São Paulo se transformou em grande canavia, cuja produção é altamente dependente de água, em detrimento da produção de alimentos. Temos um bilhão de pessoas no mundo hoje em condições insuficientes de alimentação. O carvão voltou a ser grande fonte energética. A tese de que o petróleo vai perder valor não tem sustentação.

E quanto ao aquecimento global?

É um fato geológico, o planeta está esquentando. A influência humana é de apenas 1,5% a 2%. Não há base científica para restringir produção no pré-sal. Outra coisa: a pior poluição é a miséria humana. Isto exige soluções e tanto carvão quanto petróleo têm parte importante na superação do problema.

Que mensagem deixaria para os colegas da Petrobrás?

A empresa e seus empregados têm realizado um trabalho notável, com resultados em favor do Brasil. Essa disposição em integrar-se com a sociedade brasileira, com as universidades a levou a ser investidora em arte, meio ambiente. Os problemas atuais não podem atingir o coração da empresa. Há mais de 60 anos somos comprometidos com o Brasil. Temos que andar de cabeça erguida.

O fracasso de gigantes e as li

A diretoria da AEPET se manifestou oficialmente, através da Carta 008/16, junto ao presidente da Petrobrás, Pedro Parente, sobre a estratégia e o modelo de negócios da Companhia. A Associação considera oportuno opinar neste momento, tendo em vista a revisão do planejamento estratégico e a polêmica criação da nova Diretoria de Estratégia, Organização e Sistema de Gestão.

De acordo com a AEPET, para enfrentar os atuais desafios estratégicos a Petrobrás deve optar por caminhos bem diferentes daqueles escolhidos pela atual gestão e também pela diretoria que a antecedeu, pois ambas centraram seus esforços na venda de ativos para fazer frente a problemas de curto prazo, em detrimento do que se espera da maior empresa do Brasil: lucrar, sim, mas também contribuir para o desenvolvimento econômico, tecnológico e social do Brasil.

“O caminho escolhido pela nova diretoria é o aprofundamento da estratégia que vinha sendo desenvolvida por Bendine (Altamir Bendine, ex-presidente). Similar também ao que as multinacionais do petróleo já vêm fazendo nos últimos dez anos, pelo menos”, lembra Coutinho, apontando para os frutos colhidos com este tipo de estratégia.

De fato, as maiores multinacionais de capital privado do setor do petróleo não conseguem mais repor suas reservas na taxa que são esgotadas. Elas precisam desesperadamente garantir o aumento das reservas provadas, pela exploração de novas áreas ou pela aquisição de terceiros – e aí, evidentemente, se inclui o pré-sal. O aumento das reservas gera expectativa de crescimento da produção e da receita futuras, em favor da valorização das ações. Mas o que ocorre hoje é uma produção declinante, com resultados financeiros fracos.

Além disso, as gigantes do petróleo perderam boa parte de sua capacidade tecnológica ao terceirizarem suas atividades às empresas prestadoras de serviço. “Em uma palavra, elas definham”, define Coutinho, acrescentando que, caso a



Coutinho: Multis estão estagnadas e Petrobrás vai pelo mesmo caminho

Petrobrás adote modelo parecido, terá o mesmo destino, em breve.

Entre as principais causas dessa decadência, segundo o presidente da AEPET, está a adoção de modelo de negócios “baseado em premissas falsas”, com objetivo de maximizar o valor para o acionista no curto prazo, com precária visão estratégica ao não compreender o ambiente de negócios, “seguindo bovina e consensualmente” planos similares baseados em informações de “consultorias independentes”, ao negar restrições socioeconômicas, além de ignorar limites naturais.

Entre as premissas falsas, verdadeiros dogmas, que já vêm se mostrando falhos, se destacam:

- 1) a possibilidade de aumento eterno das reservas;
- 2) o incremento contínuo de ganhos de eficiência, com redução significativa de custos;
- 3) a tendência ao aumento dos preços, em reflexo e na proporção do aumento dos custos de exploração e produção;

- 4) aumento contínuo da demanda, independentemente dos preços;
- 5) acesso irrestrito a capital barato para projetos de longo prazo e elevado risco;
- 6) novas tecnologias sempre capazes de baratear a exploração e a produção, garantindo a lucratividade;
- 7) capacidade de gerenciar riscos de projetos complexos, em condições cada vez mais severas;
- 8) crescimento econômico infinito e independente das restrições socioeconômicas, naturais e ambientais, garantindo demanda crescente por combustíveis fósseis.

RESERVAS DECLINANTES

Vejam o que ocorreu com as grandes petroleiras. Até 1970, as multinacionais de capital privado do setor petróleo (IOCs) controlavam mais de 85% das reservas de petróleo mundiais, 70% da capacidade de refino, os principais oleodutos e 2/3 dos navios petroleiros, fora dos EUA e dos países ditos comunistas.

As multinacionais detêm hoje menos de 5% das reservas provadas de petróleo e de gás natural, e menos de 20% da capacidade mundial de refino. De um pico de produção de 30,6 milhões de barris por dia, em 1973, viram sua produção cair para 9,3 milhões no final de 2015.

No entanto, na contramão das evidências, o governo interino, que nomeou Parente para presidir a Petrobrás (o mesmo que encabeçava o Conselho de Administração da Companhia quando se tentou mudar o nome da empresa para Petrobrax) se apressa através de manobras no Congresso para aprovar o novo marco regulatório para a exploração do pré-sal. Pelo texto do projeto, já aprovado no Senado e que foi iniciativa do tucano José Serra (PSDB-SP), hoje no comando do estratégico Ministério de Relações Exteriores, a Petrobrás perde a prerrogativa de operadora única do pré-sal e participação obrigatória de 30% em todos os consórcios. Na prática, a União perderá o controle sobre o ritmo da produção e sobre o destino dessa riqueza estratégica para nossa soberania energética.

AÇÕES EM BAIXA

Na carta que enviou ao presidente da Petrobrás, a AEPET reitera que a opção por maximizar a geração de valor para o acionista consiste basicamente em garantir o aumento das reservas provadas e minimizar custos, terceirizando todos os serviços possíveis.

No entanto, nos últimos 15 anos, esse modelo de negócios se tornou cada vez mais ineficaz, resultando em desempenhos fracos, como vimos. “E isto se refletiu também no desempenho financeiro, refletido nos baixos lucros e retornos sobre o capital. As ações das empresas que o adotaram geraram perdas para os investidores, em comparação com o conjunto do mercado neste período”.

E este cenário não está restrito ao período recente, de preços baixos para o petróleo. “Os preços atuais podem ser considerados baixos apenas se comparados ao passado recente, pós 2005, ou especialmente, depois de 2011”, diz a

ções para a Petrobrás

O modelo de negócios da Petrobrás deve evitar os erros e interesses das multinacionais do petróleo e estar em sintonia com as necessidades do país onde está seu maior patrimônio: ativos, reservas de petróleo, corpo técnico e mercado consumidor. País e população que são a origem da Petrobrás e devem ser seus maiores beneficiários

Carta da AEPET, lembrando que, apesar da obsessão pela redução dos custos, nos anos 2000 se observou severa inflação nos custos dos projetos.

“As dificuldades se agravaram pela queda recente dos preços do petróleo. No entanto, os preços não são baixos se comparados historicamente. Entre 1986 e 2004, o preço médio foi de 33 dólares (atualizados para 2014) por barril. Desde janeiro de 2015 o preço oscila entre 35 e 65 dólares por barril”, ratifica a AEPET.

Felipe Coutinho relembra o primeiro dos sintomas da falência do modelo de negócios das multinacionais: o fracasso em garantir o crescimento contínuo das suas reservas, preceito fundamental do modelo e que torna inevitável concluir sobre as verdadeiras causas da cobiça ao pré-sal.

“Por exemplo, em 2014 a adição de novas reservas foi a menor desde 2010. Outro sintoma é o fraco desempenho relativo das ações. Os preços revelam que os investidores não acreditam mais na possibilidade de crescimento dessas empresas, com a potencial valorização das ações. O desempenho se agravou com a queda dos preços do petróleo em 2014. As ações da ExxonMobil, Chevron, Shell, ConocoPhillips e BP caíram cerca de um terço nos primeiros oito meses de 2015”, comenta.

Com efeito, o retorno sobre o capital médio das companhias europeias e nor-

te-americanas despencou de 21% em 2000 para 11% em 2013, apesar do preço médio do petróleo do tipo Brent ter se elevado de 29 para 109 dólares por barril no mesmo período.

PAÍS DO FUTURO?

A AEPET frisa que nenhum país, continental e populoso como o Brasil, se desenvolveu exportando petróleo ou matérias-primas, mesmo que por meio de estatais. “Para que o Brasil se desenvolva é necessário produzir o petróleo do pré-sal na medida da nossa necessidade. Deve se agregar valor ao petróleo cru com sua transformação em mercadorias úteis, por meio do refino, da petroquímica, da química fina, da indústria de fármacos e de fertilizantes.

Na carta da AEPET, está definido o modelo defendido pela Associação, que deve preservar:

- a) a integridade corporativa da companhia, para mitigar os riscos da variação dos preços e garantir geração de caixa,
- b) o mercado interno, praticamente cativo, grande e com potencial de crescimento,
- c) o direito a operação única no pré-sal, com tantas vantagens que não cabe aqui detalhar e
- d) a preservação e o desenvolvimento tecnológicos. São vantagens estratégicas corporativas, mas também nacionais, que nenhuma das multinacionais (IOCs) têm, e por isso são tão cobiçadas.

“Neste contexto, não há sentido na venda de participações da Transpetro, da Gaspetro e da BR Distribuidora, assim como dos Terminais de Gás Natural Liquefeito (GNL) e das Termelétricas associadas”, define o texto.

ALTERNATIVAS EXISTEM

Para os que reconhecem as limitações do modelo proposto, mas não vêem alternativas, a AEPET mostra que existem, sim, caminhos diferentes do desinvestimento para lidar com o endividamento de cerca de R\$ 450 bilhões.

“Em 2015 a Petrobrás registrou lucro bruto de R\$ 98,5 bilhões, e tem mais de R\$ 100 bilhões em caixa. A estatal é plenamente capaz de produzir no pré-sal na medida da necessidade nacional”, afirma a Associação, acrescentando que já são produzidos mais de 1,15 milhão de barris de óleo equivalente por dia, “em prazo recorde”.

A Petrobrás deve, ainda, segundo a AEPET, preservar e promover a capacidade do seu corpo técnico, evitar a terceirização com a contratação de serviços técnicos via prestadoras de serviços. “A história demonstrou que, nesta indústria intensiva em tecnologia, é essencial preservar as vantagens competitivas conferidas pela liderança tecnológica. É necessário que o corpo técnico próprio conduza a pesquisa e a inovação, a elaboração dos projetos básicos, a compra dos materiais e equipamentos, a supervisão da construção e da montagem, além da integração das diversas disciplinas dos empreendimentos”.

PELO FIM DO EPCISMO

Contra a corrupção, bom como na solução de qualquer problema, o caminho mais eficaz costuma ser o de “cortar o mal pela raiz”. Assim, defender a Petrobrás da corrupção deve começar pelo banimento dos contratos do tipo *Engineering, Procurement and Construction (EPC)*, que fragilizam a Companhia diante dos interesses privados de seus fornecedores, já que estes controlam todo o processo, desde o projeto até o final de sua execução, podendo fazer reajustes e alterações de acordo com sua conveniência.

“O modelo de negócios da Petrobrás deve evitar os erros e interesses das multinacionais do petróleo e estar em sintonia com as necessidades do país onde está seu maior patrimônio: ativos, reservas de petróleo, corpo técnico e mercado consumidor. País e população que são a origem da Petrobrás e devem ser seus maiores beneficiários”, resume a AEPET.

FONTE INSUSPEITA

Em sua edição do dia 3 de junho, o jornal O Globo publicou matéria na qual indica a “redução” da Petrobrás, que estaria em crise -“Empresas revêem planos com crise da Petrobrás e possível mudança de regras no pré-sal”- com evidente prejuízo para a indústria nacional.

Em seguida, a reportagem propagandeia que a “retomada do petróleo e o calendário de leilões são oportunidade”, deixando claro que o conselho para que a Petrobrás adote a receita fracassada das multinacionais do petróleo tem, como desdobramento uma oportunidade para as demais.

O texto, que diz claramente que a perda do status de operadora única vai significar para a Petrobrás uma segunda quebra do monopólio, acrescenta que a redução do tamanho da empresa, com a venda de seus ativos em diversos setores, vai provocar um redesenho no setor de óleo e gás no Brasil. “Impulsionadas pela perspectiva de mudança nas regras da estatal no pré-sal – com votação prevista para esta semana na Câmara –, pela retomada dos preços do petróleo para a casa dos US\$ 50 por barril e por um calendário periódico de leilões de áreas no mar e em terra, as empresas privadas já reavaliam planos de investimento para o Brasil”.

Mais que isso, a matéria confirma a participação do governo interino na mudança de regras, uma vez que os executivos das multinacionais “já e se reúnem com membros do governo para avaliar oportunidades, destacam empresários e fontes do setor”.

A matéria prossegue afirmando que, para que a Petrobrás deixe de ser a operadora única no pré-sal e não tenha mais a “obrigação” de entrar em todos os campos, o governo já prepara um leilão para as áreas ultraprofundas.

LEILÃO À VISTA

Segue a reportagem: “Segundo fontes, a Agência Nacional do Petróleo (ANP) deve publicar neste semestre edital para o 1º Leilão de áreas unitizadas (que contêm reservas de petróleo que extrapolam campos já concedidos) do pré-sal. O leilão tem previsão para acontecer em meados do ano que vem e deve gerar cerca de R\$ 20 bilhões em bônus, valor superior aos R\$ 15 bilhões arrecadados com o leilão da área de Libra, no pré-sal da Bacia de Santos em 2013.”

Fim da paridade nos conselhos é retrocesso



A inclusão de representantes do mercado nas direções dos fundos de pensão deixa clara a intenção de transferir para bancos e seguradores os recursos dos participantes, hoje em torno de R\$ 700 bilhões.

Alex Prado

Entidades representativas de participantes e assistidos de fundos de pensão desenvolvem intensa

pressão sobre deputados federais para impedir a aprovação do Projeto de Lei 268/2016, que retira dos participantes a garantia de paridade com o patrocinador nos conselhos deliberativo e fiscal dos fundos constituídos por empresas

públicas. O projeto tramita em regime de urgência na Câmara dos Deputados.

Este duro golpe contra conquista dos trabalhadores, após mais de 30 anos de luta, começou no Senado com a alteração da Lei 108/2001,

através dos projetos de lei 388, do senador Paulo Bauer (PSDC-SC), 78, do senador Valdir Raupp (PM-DB-RO) e substitutivo do senador Aécio Neves (PSDB-MG). A proposta em discussão na Câmara altera a composição dos conselhos,

passando para dois indicados, dois eleitos e a inclusão de dois conselheiros ditos independentes, que seriam contratados no mercado. Prevê, ainda, a inclusão do Tribunal de Contas da União como mais uma instância de fiscalização.

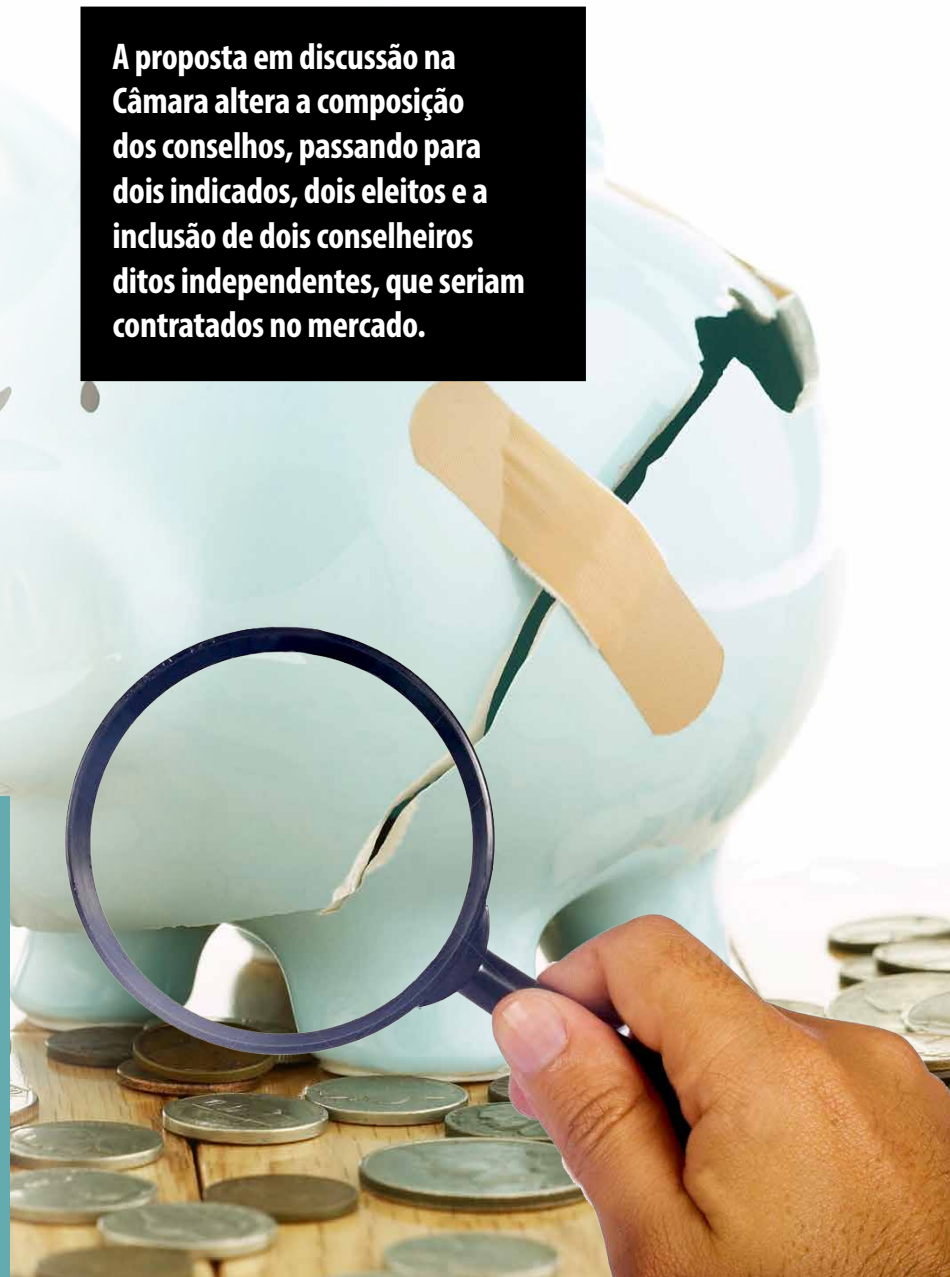
Essas propostas, dentre outras contidas no projeto de lei, representam um inaceitável retrocesso para o sistema de previdência complementar. A composição dos conselhos é resultado de mais de três décadas de negociações entre trabalhadores e empresas, que reconhecidamente trouxe avanços para a transparência do sistema. No que diz respeito ao TCU, a relação dos fundos de pensão é

privada, não se justificando a intervenção estatal.

A inclusão de representantes do mercado nas direções dos fundos de pensão deixa clara a intenção de transferir para bancos e seguradores os recursos dos participantes, hoje em torno de R\$ 700 bilhões.

O Fórum Independente em Defesa dos Fundos de Pensão (FIDEF) apresentou uma carta aberta aos deputados aponta que O conjunto de alterações propostas no referido Projeto de Lei vai na direção da redução da presença, e conseqüentemente, da capacidade dos participantes e aposentados de interferência e condução da gestão dos fundos de pensão.

A proposta em discussão na Câmara altera a composição dos conselhos, passando para dois indicados, dois eleitos e a inclusão de dois conselheiros ditos independentes, que seriam contratados no mercado.



Para o FIDEF, uma verdadeira “blindagem” dos fundos de pensão de patrocínio estatal à ingerência político-partidária e, conseqüentemente, à redução dos riscos de gestão temerária e fraudulenta, passa por um outro caminho que contemple:

- 1**a obrigatoriedade da divulgação de dados relevantes, por iniciativa das próprias entidades (transparência ativa)
- 2**a vedação a participação em investimentos concebidos/geridos pelas respectivas patrocinadoras;
- 3**a manutenção da gestão paritária atual nos conselhos deliberativo e fiscal e a extensão da gestão paritária no âmbito das diretorias executivas das fundações, paridade decorrente de eleição direta para os representantes dos participantes e assistidos nos três colegiados.
- 4**a competência do conselho deliberativo, para ingresso em investimentos iguais ou superiores a 0,5% do patrimônio;
- 5**a criminalização da gestão temerária e fraudulenta na gestão dos fundos de pensão;
- 6**a limitação do instituto do voto de qualidade, regulamentado através do Regimento Interno dos Conselhos, impedindo seu uso para desempate em decisões sobre alterações no estatuto da entidade, em regulamento de plano administrado e em deliberação sobre parecer do Conselho Fiscal sobre a gestão e contas da Administração da Entidade.

PROGRAMA FAIXA LIVRE

**Opinião
independente**

Apresentador:
Paulo Passarinho

Produção e Jornalista Responsável:
Celeste Cintra – MTB12323

Assistente de Produção:
Nathália Moraes

Participe:

Telefone da Rádio – (21) 2233-8822

E-mail: faixa.livre@yahoo.com.br

www.facebook.com/programafaixaivre?fref=ts

OUÇA AO VIVO
Rádio Livre
1.440 khz AM

Segunda à Sexta de 9h às 10h27

PATROCÍNIO:





**Dia 28,
na ABI,
todos pela
Petrobrás!**



Reunido na AEPET, o COMITÊ POPULAR DO PETRÓLEO decidiu que, neste dia 28 de julho, na ABI, promoverá Ato Público “Em Defesa da Petrobrás, do Pré-sal e Contra a Venda de Ativos da Companhia.”

Além dos trabalhadores em geral e petroleiros, a iniciativa irá reunir os mais variados segmentos da sociedade, como artistas, empresários, estudantes e até militares nacionalistas em torno deste tema tão caro aos brasileiros: sua maior empresa, cuja criação é fruto da luta do povo brasileiro em prol do desenvolvimento econômico e social do País e que, por isso mesmo, está sob constante ameaça – ainda mais após a descoberta do pré-sal, que está correndo risco com a ação de entreguistas no Congresso Nacional.

Além da AEPET, a iniciativa conta com vários parceiros dos movimentos sociais, como Modecon, FPU, Sindipetro, FNP, CUT-RJ, ASAPREVRJ, AGVAPE, ALIANÇA PELO BRASIL, FRENTE INTERNACIONALISTA (FIS), FIST, Sindicato / Federação dos Trabalhadores Químicos RJ, entre outros.

**Você é parte desta luta.
Diga presente ao
chamamento
do Brasil desenvolvido!**

Pré-sal ameaçado



Ricardo Maranhão

O pré-sal foi descoberto pela PETROBRÁS, com tecnologia brasileira. A PETROBRÁS bancou investimentos, correu riscos, confirmando liderança mundial na produção de petróleo em águas ultraprofundas.

Esta liderança foi reconhecida pela Offshore Technology Conference, maior evento da indústria de óleo/gás, que lhe concedeu, em 1992/2001/2015 o OTC Distinguished Achievement Award.

Enormes desafios foram vencidos. As jazidas estão a 300 Km da costa. Os poços chegam a 7000 metros de profundidade. Pressões, temperaturas e condições de mar desafiadoras, exigem equipamentos inéditos.

O Pré-Sal, descoberto em 2008, já produz mais de um milhão de barris/dia. Feito notável. No Golfo do México e Mar do Norte, o início da produção exigiu mais de 12 anos.

O óleo é de excelente qualidade, leve, melhor cotação no mercado. Grande produtividade. Alguns poços produzem 36 mil barris/dia. Embora as descobertas sejam recentes, estudos fundamentados avaliam que as jazidas podem conter até 180 bilhões de barris. Estamos tratando de riqueza da ordem de TRILHÕES DE DÓLARES!

Agora, no Congresso Nacional, iniciativa do Senador JOSÉ SERRA, em lastimável processo, marcado por inexplicável ligeireza, pretendem alterar a lei nº 12.351, que garante a presença

obrigatória da PETROBRÁS, em consórcio ou isoladamente, em todas as áreas do Pré-Sal, com participação mínima de 30%.

A mesma lei concedeu à estatal a condição de operadora única e alterou o anacrônico regime de concessões, estabelecendo a partilha. Na partilha o óleo é propriedade do Estado Brasileiro. Nas concessões, regime em desuso no mundo, o concessionário é dono do óleo. Na partilha a empresa operadora – no caso a PETROBRÁS – é responsável por todas as etapas do processo: projeto, compra de equipamentos, montagem das instalações, produção, controle dos fluxos, até a desativação da infraestrutura.

Manter, integralmente, a lei nº 12.351, é condição essencial, para que os brasileiros tenham um mínimo de controle sobre a produção de recurso estratégico, fundamental para a segurança econômica, energética e militar do país.

Woodrow Wilson, presidente americano, já afirmava, no século passado: “a nação que entrega a produção de seu petróleo para estrangeiros não zela pelo seu futuro”.

Registre-se que a lei brasileira da partilha é flexível, nada restritiva, ensinando a participação de empresas que não a PETROBRÁS em até 70%.

A presença obrigatória da PETROBRÁS, como operadora, em todos os consórcios é, ainda, requisito indispensável ao fortalecimento da política de CONTEÚDO LOCAL, garantidora da preferência à engenharia e à indústria brasileiras.

Agir de forma diferente é ressuscitar velhas preferências, derrotadas na criação da PETROBRÁS.

Os equivocados apregoam que a PETROBRÁS está “quebrada”, que “não tem recursos para investir no Pré-Sal”. Uma balela. As dificuldades da PETROBRÁS são passageiras. Todas as petroleiras estão reduzindo investimentos, vendendo ativos e procurando o ajuste diante da queda dos preços do óleo, que saíram de US\$ 120,00/barril para menos de US\$ 40,00/barril.

A maior petroleira do mundo - EXXON-MOBIL - investirá, em 2016, cerca de US\$ 23 bilhões. A PETROBRÁS, com todas as dificuldades, no mesmo período, cerca de US\$ 20 bilhões!

Já é tempo de acreditar no Brasil, abandonando o “complexo de vira-latas”. Pior do que o complexo é a vontade de defender, com despudor, os interesses alienígenas.

**Ricardo Maranhão, engenheiro, ex-deputado federal, é Conselheiro do Clube de Engenharia.*

